

Uma breve reflexão sobre as polêmicas em torno do Estudo do Significado

Viviane Lucy Vilar de Andrade
UFSC

Florianópolis, SC, 88040-500, Brasil

viviane.vilar@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma breve reflexão sobre as polêmicas em torno do estudo do significado, apontando os três grandes paradigmas de que dispomos hoje para tratar essa questão. O texto reflete sobre a ascendência filosófica dos paradigmas e sobre a natureza multifacetada do objeto da linguagem que ocupa um lugar especialmente delicado e é considerada como física, biológica, sociocultural, histórica, psicológica e literária. Apresentam-se alguns questionamentos apresentados desde os gregos e a influência desses questionamentos para o desenvolvimento dos paradigmas e para o debate em torno do significado contemporaneamente. Menciona-se a questão da Universalidade e as abordagens do Universalismo e do Relativismo e a questão da Imanência.

A Semântica é o estudo do significado e, desde os gregos, reflexões sistemáticas vêm sendo feitas no seu sentido Lato Sensu porque em seu sentido Stricto Sensu os estudos científicos sobre o significado aparecem com o surgimento de uma ciência da linguagem, perfazendo o estudo científico do significado dos símbolos verbais.

E o que é o significado de um símbolo verbal? O significado é construído diariamente, ele desliza e é variável. Assim, não é tão simples respondermos a essa pergunta. Por isso, lançamos mão de diferentes Paradigmas: Realismo, Mentalismo e Pragmatismo. O Realismo aborda a parcela da realidade que ele identifica, o Mentalismo aborda o conteúdo mental que ele representa e o Pragmatismo aborda o seu uso em diferentes situações e contexto.

Não podemos ignorar a ascendência filosófica dos paradigmas e, devido à natureza multifacetada do objeto da linguagem, ela ocupa um lugar especialmente delicado e é considerada como física, biológica, sócio-cultural, histórica, psicológica e literária. Assim, as teorias contemporâneas apontam a Semântica Formal, a Semântica Cognitiva e a Semântica Enunciativa.

Podemos dizer que remonta a Aristóteles a inauguração de duas tradições distintas para o estudo do significado: a tradição filosófico-científica e a tradição retórico-poética porque Aristóteles é considerado como um dos mais antigos semanticistas. Principalmente porque seu interesse primordial era a Lógica, os mecanismos da faculdade humana de raciocínios inferenciais do tipo:

Todo homem é mortal

Sócrates é homem

Donde: Sócrates é mortal

Através de raciocínios inferenciais, chegamos ao conhecimento novo a partir de conhecimento dado. E é essa faculdade que diferencia o homem dos animais.

O interesse de Aristóteles pela lógica o levou a interessar-se também pela linguagem. Assim, seu interesse era pelos mecanismos do pensamento: os *conceitos*, que articulados se transformam em *proposições* e que quando são articuladas formam as *inferências*. Uma vez que os *conceitos* são expressos

através de *significantes*, temos: as *palavras*, as *frases* e os *períodos*. É por isso que o interesse pelo pensamento leva ao interesse pela linguagem.

A própria palavra *Logos*, que se refere à lógica, em grego, tem sentido polissêmico: faculdade racional e linguagem. A divisão em tradição filosófico-científica e tradição retórico-poética se faz quando se percebe a complexidade de lidar com a questão do significado.

Em seu texto *De Interpretatione*, Aristóteles vai analisar qual é a lógica da proposição, ou melhor, qual a lógica da frase: nome, verbo e que ele vai chamar de itens da elocução (cadeia fônica). Os itens da elocução são o mesmo que elementos da fala e são os símbolos das afecções da alma:

[1] (16a 3) Os itens na elocução são símbolos das afecções na alma, e os itens escritos são símbolos dos itens na elocução. E assim como os caracteres escritos não são os mesmos para todos, tampouco as elocuições são as mesmas. Entretanto, os itens primeiros dos quais estas elocuições são sinais – as afecções da alma – são os mesmos para todos, assim como são as mesmas coisas, das quais estas afecções são semelhanças.

Como a alma é afetada através das representações que temos do mundo, o mundo nos afeta de alguma maneira e a palavra escrita simboliza a palavra falada que simboliza os esquemas de afecções da alma. Essas afecções da alma são chamadas, hoje em dia, de *conceitos*.

As palavras utilizadas, ou melhor, os conceitos, podem até ser diferentes por causa das línguas diferentes, das culturas diferentes, mas as afecções da alma são iguais para todo mundo. Os conceitos representam as coisas. As coisas são iguais e as afecções da alma são da ordem do sujeito. Assim, tipos diferentes de pensamentos vão refletir em tipos diferentes de linguagens.

Há pensamentos que podem ser verdadeiros ou falsos e há pensamentos aos quais não podemos atribuir valores de falso ou verdadeiro: Sócrates é homem. É uma proposição que pode ser vista como

verdadeira ou falsa, mas uma prece, por exemplo, não o pode.

No capítulo 4 de *De Interpretatione*, observamos que Aristóteles descreve o *Logos Semantikós*, o discurso dotado de sentido e o *Logos Apophantikós*, o discurso dotado de sentido mas também passível de classificação verdadeira ou falsa:

[2] (16b 3) Toda e qualquer frase comporta um significado, embora não à maneira de um instrumento, mas antes, como foi dito, segundo convenção. Mas por outro lado, nem toda frase é declarativa, mas apenas aquela em que ocorre pretender dizer o verdadeiro ou o falso; e isso não ocorre em toda e qualquer frase; por exemplo, a prece é certamente frase, mas não é nem verdadeira nem falsa.

(17a 4) Assim, portanto, sejam deixadas de lado as outras frases – pois a inspeção é mais apropriada à retórica ou à poética –; por sua vez, a frase declarativa pertence ao presente estudo.

Para Aristóteles, só vai interessar aquilo que é *declarativo* porque seu interesse primordial é a lógica (as inferências).

A exemplo disso, temos a gramática tradicional que traz exemplos extremamente declarativos. Aristóteles inaugura uma divisão do terreno do significado: estudos filosófico-científicos e estudos retórico-poéticos.

Ele distribui o terreno do significado em dois campos distintos: no primeiro, o que interessa é o que é verdadeiro ou falso (o que é declarativo) e no segundo, o que interessa é a persuasão, o que é belo (o que não é declarativo).

No entanto, essa divisão em “territórios” não é tão simples assim porque existem as *figurações*. Então, o que realmente interessa para os estudos filosófico-científicos não é o que é ou não declarativo apenas, mas o que é declarativo e *literal*. E os estudos retórico-poéticos vão se interessar pelo que não é declarativo e também pelo que é figurativo ou não literal.

Na Poética, Aristóteles fala sobre o discurso não literal: nome corrente X nome metafórico (figurado) e como a linguagem é usada para o belo, para a arte:

[3] 128. A metáfora consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia.

O terreno do uso corrente é a aplicação do nome para a coisa nomeada, já a metáfora é a transgressão (o desvio) porque pegamos esse nome e damos para outra coisa. Ele tenta capturar essa lógica do desvio, afirmando que o desvio pode ocorrer de quatro formas, as formas mencionadas na citação acima. Só que quando partimos para o terreno figurativo, percebemos que o significado não é tão bem comportado assim como é na área do literal e declarativo.

O estudo da semântica está tradicionalmente concentrado no declarativo e no literal e a tradição aristotélica aposta na factibilidade da distinção entre o terreno do próprio e o do transposto. Só que essa divisão apresenta problemas quanto à questão do poder

figurativo da linguagem, pois há uma dificuldade em separar o literal do metafórico.

Para Arrojo e Rajagopalan:

[4] O chamado sentido “literal” é tradicionalmente associado a uma estabilidade de significado, inerente à palavra ou ao enunciado, que supostamente preserva a linguagem da interferência de quaisquer contextos e/ou interpretações. O chamado sentido “figurado”, por sua vez, é geralmente caracterizado como uma “derivação”, um “desvio”, ou até mesmo um “parasita” em relação ao “literal”.

E para Searle, o figurado não é um traço inerente à palavra ou ao enunciado, mas à intenção do emissor, o que o apresenta como realmente mais complexo.

Umberto Eco, em *In Signo*, menciona o nó metafórico:

[5] O discurso sobre a metáfora move-se em torno de duas opções: a) a linguagem é por natureza, e originalmente, metafórica, o mecanismo da metáfora funda a atividade linguística e toda a regra ou convenção posterior nasce para reduzir e disciplinar (e empobrecer) a riqueza metafórica que define o homem como animal simbólico; b) a língua (e qualquer outro sistema semiótico) é mecanismo convencionado regido por regras, máquina previsional que diz que frases se podem gerar e que frases se não podem gerar, e quais das que se podem gerar são “boas” ou “corretas”, ou dotadas de sentido, e desta máquina a metáfora é a avaria, o sobressalto, o resultado inexplicável e ao mesmo tempo o motor da renovação.

Na tradição Filosófico Científica, o que se tem de interesse principal é a Lógica e a Lógica é nossa faculdade racional de fazer inferências ou deduzir conhecimento novo a partir de conhecimento dado. Se compararmos o Pensamento e a Linguagem, poderemos observar a seguinte relação:

Pensamento	Linguagem
Pensamentos Completos (Proposições)	Frases
(Conceitos)	Palavras
(Inferências)	Períodos

Assim, **Logos**, como no próprio sentido original da palavra, **é tanto a faculdade racional como a linguagem**.

Aristóteles, em seu texto *De Interpretatione*, aponta a lógica da frase ou a lógica da proposição: Nome/Verbo/Frase – Cadeia Fônica (itens da elocução). Para ele, as representações que temos do mundo são importantes porque ele fala das “afecções”, dos modos como a alma é afetada pelo mundo. Nesse sentido, a linguagem expressa o pensamento e pensamentos diferentes expressam linguagens diferentes.

Para Aristóteles, há pensamentos falsos ou verdadeiros e há pensamentos aos quais não cabe o conceito de falso ou verdadeiro. Ele aponta dois tipos de frases: *Logos Semantikós* e *Logos Apophantikós*. O primeiro diz respeito à frases com sentido e o segundo diz respeito à frases com sentido também, mas

passíveis de valor de verdade. Essas frases também são chamadas de frases declarativas.

Já que, para Aristóteles, o interesse principal é a lógica, só lhe interessam as frases declarativas. E depois de Aristóteles, o estudo do significado é dividido em Estudos Lógicos ou Filosófico-Científicos (Discurso declarativo V/F e literal) e Estudos retórico-Poéticos (Discurso não declarativo). Aristóteles percebe o território do imprevisível no estudo do significado e, na Poética, o exclui da Lógica. Na tradição aristotélica, existem os usos próprios e os usos transpostos ou figurativos.

Platão afirma que a vocação da linguagem é representar e as coisas têm uma essência permanente (Realismo). Para ele, a vocação do nome é dizer o real e a funcionalidade pressupõe racionalidade. Platão distingue Essências (habitam fora do sujeito) e Aparências.

Aristóteles era totalmente contra essa dualidade. Para ele, as Essências habitam no sujeito e o Logos é a faculdade da razão que nos equipa para fazermos distinções e por isso podemos depreender os traços recorrentes, através da Cognição (Mentalismo).

Os sofistas (Pragmatismo) afirmam que a linguagem constrói a realidade.

Para as Semânticas Formais (Realismo), o interesse geral é a referência e condição de verdade da linguagem declarativa e literal (relação linguagem-mundo). E a unidade básica é a sentença.

Para a Semântica Cognitiva (Mentalismo), a linguagem é presidida pela racionalidade e toda a organização linguística é reflexo de uma organização conceptual.

Para a Semântica Enunciativa (Pragmatismo), as circunstâncias são importantes e o efeito é obtido pelo sentido e devemos levar em conta o ato da enunciação e não o enunciado porque a concepção geral do ato da enunciação é que ele é mais um instrumento político (de persuasão) e menos um sistema de informação.

A visão tradicional se concentra nas frases declarativas (na troca de informação), mas para a Semântica Enunciativa, você faz coisas com a linguagem, a linguagem faz (provoca) uma alteração na realidade.

Para Ducrot, mesmo quando estamos fazendo uma declaração absolutamente simples, queremos alguma coisa. A linguagem é mais um conjunto de práticas que de dizeres. E para Beneviste, há marcas da intersubjetividade no tecido gramatical. Pragmaticamente, o que habita o texto é o que você faz com ele. Não há o sentido imanente e o fluxo conversacional deve ser considerado.

O estruturalismo propõe que aos usos concretos das línguas subjaz um sistema de regularidades – um código e que o repertório desse código constitui o dicionário do mesmo e a combinação desse repertório constitui sua gramática. Para o estruturalismo, o sentido não está na substância, mas na oposição. Uma vez que, a Langue pode ser percebida como uma sinfonia e a Parole como as execuções dessa sinfonia. Ele adota a posição de que a Langue é um todo homogêneo, um sistema autocontido e é um produto social e um objeto de natureza concreta. Devendo ficar de fora do estudo da linguística, como ciência dessa Langue, o indivíduo, a história de uma raça ou civilização, a história política, as instituições (igreja,

estado, escola), a linguagem literária e a variação regional. Quanto ao significado, o estruturalismo aposta em sua fixidez.

Do ponto de vista da forma, assume-se que as línguas são composicionais porque elas apresentam uma dupla articulação. Para Martinet, o princípio da dupla articulação da linguagem consiste no fato de que os enunciados das línguas naturais são decomponíveis em dois níveis: articulação com sentido (palavras e morfemas) e articulação sem sentido (sílabas e fonemas), ou melhor, unidades significativas e unidades destituídas de significado.

Esse princípio de composicionalidade torna as línguas mais econômicas porque morfemas combinam-se de maneiras diferentes, formando um número bem maior de palavras.

As línguas também são dominadas pelo princípio da composicionalidade semântica, segundo o qual o significado de uma expressão é determinado (calculável) pelo significado de suas partes constituintes e pelo modo como se combinam. Porém, nem sempre os significados das partes combinados representarão o significado do todo. Muitas vezes, a própria ordem como aparecem as partes pode alterar o significado desse todo.

Não podemos deixar de perceber que expressões de aparência muito claramente composicional (transparentes) também parecem ainda abrigar uma medida de opacidade. Assim, diante da questão da composicionalidade semântica, aparecem posições antagônicas: os que são adeptos do princípio da composicionalidade e acreditam que as situações de opacidade ou não composicionalidade são excepcionais e que a maioria das expressões linguísticas são transparentes, ou seja, composicionais e que os que criticam o princípio da composicionalidade porque acreditam que ele é idealização e não descreve adequadamente a realidade das línguas e do conhecimento linguístico dos falantes, como Fillmore.

Para Fillmore, há uma outra idealização – tácita – em funcionamento na linguística, além da idealização apresentada por Chomsky do falante/ouvinte ideal.

A idealização apresentada por Fillmore é a do falante/ouvinte inocente.

O falante/ouvinte inocente, segundo ele, conhece os morfemas de uma língua e seus significados; reconhece as estruturas e processos gramaticais em que esses morfemas tomam parte; conhece os efeitos semânticos desses processos e estruturas; quando é ouvinte (decodificador), o usuário da linguagem calcula o sentido de cada sentença a partir do que sabe sobre suas partes e seu arranjo; nesse processo, não faz uso dos cálculos passados – a cada vez que a estrutura de uma sentença reaparece, ela é calculada como se fosse a primeira vez; quando é falante (codificador), o usuário da linguagem decide o que deseja que seu interlocutor faça, ou sinta ou acredite e constrói uma mensagem que expresse da forma mais direta possível essa decisão.

É como se nada se interpusse entre o que ele quer dizer e o que de fato diz; ele também é capaz de dizer tudo o que se possa dizer, contanto que tenha tempo.

Fillmore também afirma que o discurso dos inocentes tende a ser lento, chato e pedante e aponta as limitações do falante/ouvinte inocente: ele não conhece

“lexical idioms” – formas lexicais cuja estrutura morfológica não poderia ser inferida meramente a partir do que se sabe sobre o significado dos morfemas constituintes; ele não é capaz de interpretar “phrasal idioms” (expressões idiomáticas); ele não é capaz de reconhecer colocações lexicais que não se baseiem em relações de sentido; falta-lhe a capacidade para julgar a adequação de expressões fixas a tipos de situações específicas – as fórmulas situacionais; faltam-lhe princípios para usar linguagem metafórica; faltam-lhe mecanismos interpretativos para a chamada comunicação indireta (ler nas entrelinhas); falta-lhe a bagagem para compreender estruturas textuais convencionais.

Assim, tudo que o falante/ouvinte inocente ignora fica fora do escopo da semântica composicional tradicional e acaba-se por deixar de fora um número grande demais de expressões.

Fillmore acaba por criticar a idealização, afirmando que a ânsia pela generalização leva a algumas aporias que deveriam ser evitadas e aponta as três características centrais de sistemas semânticos de falantes reais:

1. a convencionalidade não se aplica somente aos signos elementares; há relações convencionais também entre contextos e significados a expressar, e contextos e expressões específicas;
2. o contexto não pode ser “suspensão”, pois ele opera centralmente na construção de sentido das sentenças no uso real da linguagem e
3. há uma significativa quantidade de fórmulas estruturais.

A questão da Universalidade comporta uma das grandes polêmicas em torno do sentido e baseia-se na seguinte pergunta: qual o grau de universalidade dos significados? Ou melhor, até que ponto os significados são universais?

Na questão da Universalidade, também apontamos duas correntes de pensamentos: Universalismo e Relativismo. Como exemplo de Relativistas temos Gottfried, Humboldt, Sapir e Whorf e de Universalistas temos Pinker, Chomsky, Leibniz, Swadesh e também Humboldt.

No Universalismo, o pensamento, a linguagem e a cultura se relacionam, mas são independentes entre si; o pensamento é anterior a qualquer língua e a qualquer cultura e todos os homens experimentam e classificam o mundo da mesma forma.

No Relativismo, a cultura, através da linguagem, determina ou limita o modo como pensamos, especialmente o modo como classificamos o mundo que experimentamos.

Para tentarmos entender melhor essa questão da Universalidade dos significados sob esses dois pontos de vista, outras questões são suscitadas e se fazem necessárias: 1. Quão autônomos são os significados em relação às diferentes línguas e as diferentes culturas? 2. Será que o significado das expressões linguísticas se ancora em propriedades universais da realidade ou da mente humana ou será que é um legado cultural, um patrimônio que herdamos compulsoriamente e que se impõe sobre nós de forma inescapável? 3. Eu apreendo o mundo e, em um momento logicamente posterior, aprendo a nomeá-lo, ou apreensão do mundo e

aprendizado da língua coincidem? 4. Os significados são naturais ou apenas normais? 5. Se a língua que eu falo impõe restrições à minha forma de pensar e de experimentar o mundo, então como posso aspirar a uma ciência geral do significado? E a possibilidade de uma metalinguagem neutra depende de uma refutação do Relativismo.

Para exemplificar o Relativismo, tomaremos Whorf em seu texto *An American Indian Model of the Universe* no qual ele questiona se as ideias de tempo e espaço são realmente universais porque ao analisar o HOPI, ele percebe a ausência de correspondência entre as nossas intuições de TEMPO e ESPAÇO e as do HOPI, o que não faz da língua indígena uma língua pragmaticamente inferior, onde o que há é uma metafísica (visão de mundo, descrição do universo) diferente da nossa.

Para Whorf, a língua que aprendemos determina a nossa experiência e nosso conhecimento de mundo e toda a língua cristaliza em si os pressupostos de uma filosofia não formulada.

Para exemplificar melhor o Universalismo, tomaremos Pinker que em seu texto *Mentalês* aponta as seguintes teses: a ideia do determinismo linguístico é um “absurdo convencional” e contraria o senso comum; as teorias relativistas não têm base científica e os estudos empíricos em seu favor são inconclusivos; o pensamento é autônomo em relação às diferentes línguas, é universal; o pensamento funciona como uma linguagem (combinamos e manipulamos conceitos abstratos, assim como combinamos palavras).

Para Pinker, em *O instinto da linguagem*, o mentalês é a linguagem interna que contém todos os recursos necessários para qualquer das proposições que os humanos possam compreender, pensar ou expressar e para Chomsky, em *Reflections on Language*, a rapidez e a precisão da aquisição do vocabulário não nos deixa outra alternativa senão concluir que a criança de alguma forma já possui os conceitos antes de suas experiências com a linguagem e está basicamente aprendendo rótulos para conceitos que já fazem parte de seu aparato conceitual.

De acordo com a linguagem do pensamento no modelo computacional, pensar é computar e raciocinar é deduzir logicamente; o meio do pensamento é uma linguagem e linguagem é um repertório de itens + regras de combinação.

[6] Saber uma língua é saber traduzir o mentalês em sequências de palavras e vice-versa. (PINKER, 2002, P. 82)

Entre Universalismo e Relativismo, conclui-se que experiências de senso-comum podem ser elencadas para defender ambas as teses; sistemas filosóficos subsidiam os dois tipos de visão; resultados científicos não são incontroversos em nenhuma das duas direções; parece haver consenso em torno da ideia de que, em alguma medida, as línguas diferentes trazem marcas da cultura em seu léxico e em sua gramática.

Essa questão de Universalidade se faz presente nos tradicionais níveis de análise semântica na base da sinonímia, por exemplo, perceberemos que os diferentes significados vão desde variações no dicionário a concepções e conceitos do indivíduo.

Uma outra grande polêmica em torno do sentido está no que diz respeito à Imanência e responde às questões: Até que ponto o significado é uma

propriedade intrínseca (imane) das expressões linguísticas e até que ponto é determinado por fatores que ultrapassam a “letra”? Será que o significado é imanente à língua ou ele está diretamente ligado ao conhecimento de mundo e à informação pragmática que nós temos?

Saussure afirma que uma palavra evoca tudo o que lhe é passível de ser associado, já Todorov aponta graus de codificação de sentidos: 1. Linguístico – a que ele chama de grau mais forte e que pode ser atestado pelo dicionário e está presente em cada uso da palavra, constituindo sua própria definição; 2. Cultural – a que ele afirma ser o sentido aplicado em uma determinada sociedade e que pode ou não coincidir com uma sociedade linguística e que durante um certo período outros significados são acrescentados ao significado mais propriamente linguístico e 3. Pessoal – a que ele chama de grau mais fraco de codificação e que é o das associações pessoais.

O significado imanente ou linguístico opõe-se, então, ao conhecimento de mundo que é também o conhecimento enciclopédico. Nessa oposição tradicional entre o significado linguístico (lexical) e o conhecimento enciclopédico, o primeiro é imanente à língua (constitui-se de fatos da língua), é compartilhado por todos, é homogêneo e hierarquizado, sucinto e manipulável e compulsório (está sempre presente), e o segundo é extralinguístico (constitui-se de fatos do mundo), é distribuído desigualmente, é heterogêneo e desordenado, é vasto e difícil de ser manejado e opcional.

Quando Umberto Eco assume que “todo dicionário é uma enciclopédia disfarçada” ele está querendo dizer que essa distinção não é sempre fácil de se aplicar porque não sabemos exatamente onde termina o significado linguístico e onde começa o conhecimento enciclopédico e será que o plano exclusivamente linguístico é suficiente para dar conta da interpretação das expressões?

Para Eco, o conhecimento enciclopédico engloba tanto os significados dicionarísticos ou linguísticos quanto os significados pragmáticos e de conhecimento de mundo de cada um e é por isso que ele defende a ideia de que a questão da imanência está relacionada com o significado linguístico e com a situação ou o contexto situacional (pragmático). Eco posiciona-se claramente a favor do conhecimento enciclopédico porque neste o significado atinge maior amplitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] e [2] ARISTÓTELES *De Interpretatione* In Angioni, I. (trad./org.) *Ontologia e predicação em Aristóteles*. Campinas:Unicamp, 2000.
- [3] ARISTÓTELES *Arte Poética*. Martins Claret, 2003
- [4] ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído*. São Paulo: Pontes,1992.
- [5] ECO, Umberto. *O Signo*. Editorial Presença, 2004.
- [6] PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.